

Realização



Parceiro



Apoio



PLANO TÁTICO

PROMOVENDO GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA NA REGIÃO DA BR-319

Grupo de Colaboração:

Conservação e Gestão Territorial - Planejamento de Assentamentos





INTRODUÇÃO

Para avançar na implementação de prioridades da “**Agenda de Desenvolvimento Territorial (ADT) para a região da BR-319 – Fortalecendo Territórios do Bem Viver**”¹, o FGVces e a Rede Transdisciplinar da Amazônia (RETA) promoveram grupos de colaboração (GC), com protagonismo local e participação de múltiplos atores.

Este documento apresenta o plano tático elaborado pelos pesquisadores do FGVces no âmbito do Grupo de Colaboração “Conservação e Gestão Territorial - Planejamento de As-

¹ Link de acesso à ADT: <https://bit.ly/ADTBR-319>

sentamentos”, que teve como objetivo abordar os principais pontos de debate levantados ao longo dos encontros deste GC, que ocorreram no município do Careiro, no Amazonas.

Os assentamentos da reforma agrária são unidades territoriais destinadas a garantir o direito à moradia e ao trabalho para famílias de agricultores e/ou trabalhadores rurais e representam cerca de 40 milhões de hectares na Amazônia Legal, entorno de 8% do território. Um dos principais desafios para esta modalidade de destinação fundiária é o alinhamento entre os objetivos da Política Nacional de Reforma Agrária e um modelo de gestão territorial, de forma a promover a governança local e a conservação ambiental.

² Souza et al, 2022. Disponível em: <<https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2022/05/AMZ2030-38.pdf>>. Acesso em mai. de 2025.

Os assentamentos estão fortemente ligados à história recente de ocupação e expansão das fronteiras na Amazônia. Entre 2010 e 2020, responderam por 19,3% da perda de cobertura florestal na Amazônia Legal, sendo que 81% desse desmatamento ocorreu em assentamentos da modalidade convencional, nos Projetos Federais de Assentamento (PA)².

Para enfrentar o desafio de conter o desmatamento, garantir a função social da terra, promover a manutenção dos modos de vida e a conservação da biodiversidade, é preciso garantir novos contornos para os projetos de assentamento. Sendo assim, apontamos para a necessidade fundamental de alinhamento entre os processos de regularização ambiental e fundiária, além da coordenação de políticas públicas voltadas ao acesso à terra e à efetiva implementação dos assentamentos em suas diferentes modalidades.

Esse esforço deve se apoiar em modelos de gestão territorial integrados, guiados por uma visão de futuro construída a partir das realidades e potencialidades dos territórios e dos grupos sociais beneficiários da política de reforma agrária.

O Grupo de Colaboração “Conservação e Gestão Territorial - Planejamento de Assentamentos” propôs orientar as discussões a partir do resgate de instrumentos de planeja-

mento para a gestão territorial de assentamentos, tal como o Plano de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA), previsto na Lei nº 8.629/1993.

Desta forma, o percurso de articulação do GC contemplou atividades integradas de pesquisa, encontros de construção coletiva e articulações bilaterais entre os diferentes atores engajados.

Etapa 1: Entrevistas abertas em encontros com lideranças comunitárias e representantes dos assentamentos.

Etapa 2: Reuniões bilaterais com representantes do poder público envolvidos na gestão territorial e implementação da política de reforma agrária.

Etapa 3: Elaboração, aplicação e sistematização de indicadores de sustentabilidade dos assentamentos.

Etapa 4: Reunião do Grupo de Colaboração “Conservação e Gestão Territorial – Planejamento de Assentamentos” para articulação dos atores e pactuação sobre os caminhos da pesquisa.



1. MAPA ESTRATÉGICO DO PLANO

Com base nas recomendações da ADT para a região da BR-319, este plano tático apresenta ações alinhadas às capacidades institucionais locais instaladas. Além disso, estabelece uma agenda de responsabilidades compartilhadas entre diferentes atores governamentais e da sociedade civil para o planejamento dos assentamentos.

01

Objetivo

Reestruturar a discussão, as ações e os instrumentos de planejamento voltados para a implementação e a consolidação dos assentamentos da reforma agrária. Da mesma forma, o planejamento para fortalecer a capacidade produtiva, restauração e conservação ambiental destes territórios.

02

Eixos Estratégicos do Plano Tático

- Eixo I – Construção de Planos de Desenvolvimento de Assentamentos
- Eixo II – Fortalecimento das organizações sociais
- Eixo III – Fortalecimento das atividades produtivas
- Eixo IV – Recuperação e regularização ambiental

03

Transformação esperada

Assentados, representantes do poder público e da sociedade civil fortalecidos e engajados na construção coletiva de instrumentos eficazes de planejamento, voltados à promoção da governança local e à conservação ambiental nos assentamentos da reforma agrária.



2. CARACTERIZAÇÃO

A política de reforma agrária é realizada por meio da criação dos assentamentos no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária, executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Em geral, os assentamentos são classificados em dois grupos: os convencionais (Projetos Federais de Assentamento) e os ambientalmente diferenciados (como os Projetos Federais de Assentamentos Agroextrativistas [PAE], os Projetos Federais de Desenvolvimento Sustentável [PDS], dentre outros).

A Lei Federal nº 8.629/1993, que regulamenta a reforma agrária, afirma que os assentamentos devem contar com a elaboração de Planos de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA), instrumento responsável por orientar as ações de parcelamento do solo, o licenciamento ambiental, as ações de assistência técnica e extensão rural (ATER) e demais investimentos.

No entanto, na prática de sua implementação, o PDA revelou uma capacidade limitada de responder aos desafios concretos enfrentados pelos assentamentos. Essa fragilidade está relacionada, em grande medida, ao próprio processo de formulação do documento. Trata-se de um instrumento extenso e tecnicamente complexo, com baixa clareza quanto aos seus objetivos e à sua aplicação no cotidiano.

Avaliações apontam o desconhecimento generalizado sobre a finalidade do PDA, agravado pela ausência de uma comunicação eficaz e pela reduzida participação social em sua elaboração e monitoramento — tanto por parte do Incra quanto dos próprios assentados. Soma-se a isso a falta de articulação entre o plano e as ações de assistência técnica necessárias à efetiva implementação dos assentamentos³.

Como consequência, o PDA tornou-se pouco funcional para as comunidades locais e de utilidade restrita para as equipes técnicas, que enfrentavam dificuldades operacionais diante de um instrumento excessivamente técnico e pouco adaptado à realidade dos territórios e da capacidade operacional dos órgãos públicos.

³ Araújo et al. Auditoria no Programa Novo Mundo Rural. 2024. Disponível em: < <https://11nk.dev/kbcma> >. Acesso em jun. de 2025.

Outro fator que contribuiu para o desuso do PDA refere-se aos procedimentos de licenciamento ambiental dos assentamentos. A Resolução nº 458/2013, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), ao estabelecer diretrizes para esse processo, deixou de considerar o PDA como elemento integrante do licenciamento.

Dessa forma, o PDA perdeu relevância como instrumento de planejamento voltado aos assentamentos, comprometendo sua contribuição ao ordenamento territorial e à conservação ambiental na Amazônia. Com isso, os avanços e desafios enfrentados pelos beneficiários da reforma agrária seguem pouco visíveis — especialmente para o poder público —, dificultando a consolidação desses territórios.

O planejamento eficaz requer participação social, acesso a políticas públicas e crédito, além de ações integradas voltadas à conservação ambiental e ao fortalecimento da produção — aspectos que deveriam estar incorporados à formulação e ao acompanhamento do PDA.

A ausência desse instrumento e sua fraca integração à política pública evidenciam a fragilidade da gestão territorial e ambiental nos assentamentos da reforma agrária — uma fragilidade ainda mais acentuada no contexto amazônico, onde essas áreas cumprem um papel estratégico tanto na produção de alimentos quanto na preservação das funções climáticas da floresta.

É necessária uma repactuação em torno da participação em processos de planejamento, tanto com os assentados, quanto com o poder público, de modo a garantir a legitimidade e a vinculação do PDA no Programa Nacional de Reforma Agrária.

A escolha do PDA se justifica pelo fato de ser o instrumento já instituído legalmente e endossado pelo Incra para orientar o planejamento dos assentamentos, bem como por reconhecer a importância de dialogar com os acúmulos e discussões já realizadas sobre o tema.

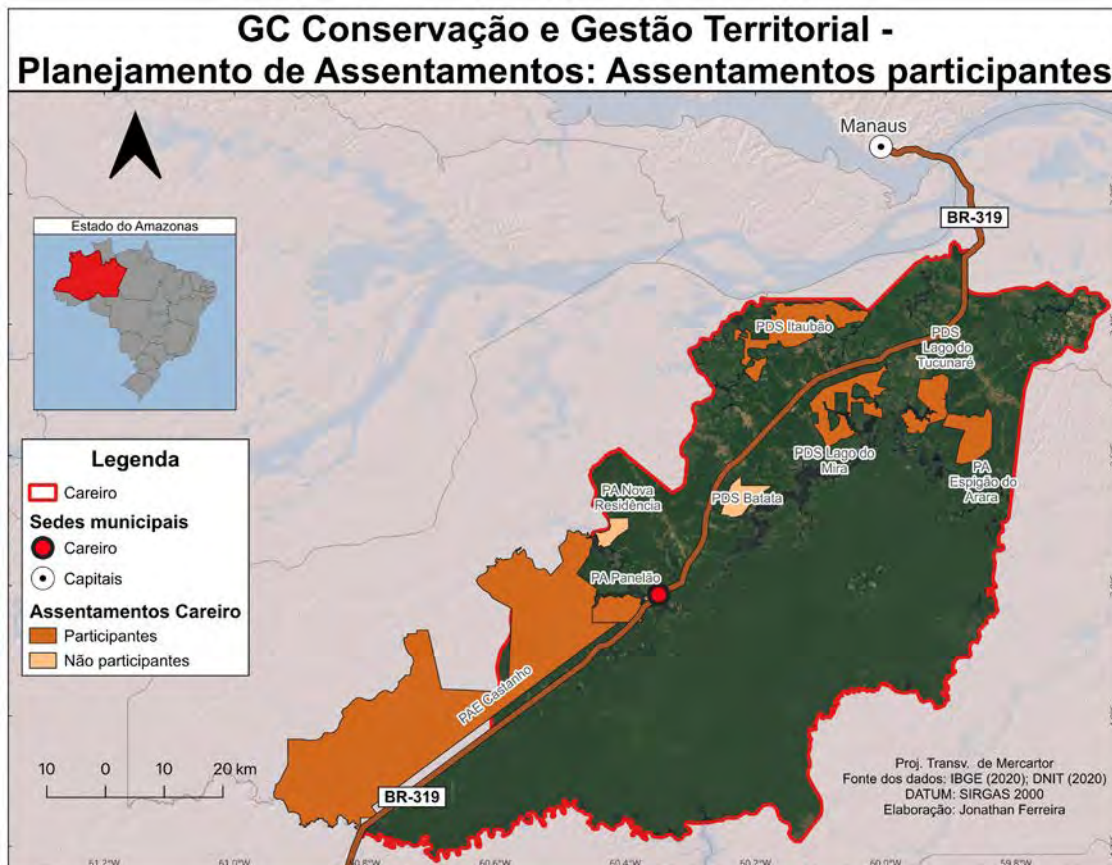
Nesse sentido, os eixos apresentados neste plano reforçam a importância de que o instrumento de planejamento voltado aos assentamentos deva contemplar os seguintes temas: (I) a regularização fundiária; (II) a conservação, recuperação e regularização ambiental; (III)

o fortalecimento das atividades produtivas; (IV) o fortalecimento das organizações sociais e das regras de uso; e (V) a promoção do bem viver das comunidades em seus territórios.

Portanto, o GC “Conservação e Gestão Territorial – Planejamento de Assentamentos” propõe discutir o planejamento dos assentamentos da Amazônia a partir do resgate do PDA em diálogo com o fortalecimento das ações de regularização ambiental, cadeias produtivas e organização comunitária.

Como contribuição para esta discussão, este plano tático apresenta a experiência de diálogo voltado ao aprimoramento da gestão territorial e do planejamento dos assentamentos no município de Careiro, cujos participantes estiveram ativamente engajados no processo, representados na imagem abaixo.

Figura 1: Mapa de localização dos assentamentos participantes do GC 01 - Planejamento de assentamentos para a conservação e gestão



3. AÇÕES COMPARTILHADAS

Careiro, um dos municípios de ação do projeto do FGVces, possui 30.792, dos quais aproximadamente 57,9% vivem na zona rural⁴. No total, o município abriga oito assentamentos, onde vivem 925 famílias⁵.

As ações compartilhadas, estruturadas em quatro eixos, são oriundas das discussões e encaminhamentos das reuniões bilaterais e encontros coletivos entre comunidades, poder público e parceiros da sociedade civil, nos municípios de Careiro e Manaus.

Durante o processo, foi desenvolvido e aplicado um conjunto de 21⁶ indicadores de sustentabilidade para assentamentos da reforma agrária, validados de forma participativa, que contribuíram para o engajamento comunitário em torno da pesquisa, para construção de um primeiro panorama acerca dos assentamentos do Careiro, e direcionaram a formulação das diferentes ações listadas no plano tático.

Essa mobilização culminou na realização do I Encontro de Agroecologia e Assentamentos do Careiro, em maio de 2025, em Manaus, reunindo cerca de 50 participantes de assentamentos e áreas de regularização fundiária da região. Estiveram presentes membros dos assentamentos de Careiro, Manicoré e Borba⁷, além de membros do poder público das esferas municipal, estadual e federal, e de organizações da sociedade civil.

⁴ Panorama do Censo 2022. IBGE, 2023. Disponível em: < <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>>. Acesso em mai. de 2025.

⁵ Informações disponíveis em: < <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos-relacao-de-projetos>>. Acesso em jun. de 2025.

⁶ A construção dos indicadores adapta para assentamentos a metodologia do Sistema de Indicadores para sustentabilidade em Marinelli et al (2011). Disponível em: < <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/publications/N0D00305.pdf>>. Acesso em mai. de 2025.

⁷ Do município de Careiro, estiveram presentes representantes dos assentamentos PA Panelão, PA Espigão do Arara, PDS Bata-ta, PDS Itaubão, PDS Lago do Tucunaré, PAE Castanho. De Manicoré, o PAE Jenipapos, e do município de Borba o PAE Tupana Igapó-Açu I.

● Eixo I – Construção de planos de desenvolvimento de assentamentos

A ausência de instrumentos de planejamento para orientar a implementação dos assentamentos se reflete na falta de coordenação entre os órgãos responsáveis, dificultando a articulação e/ou cooperação com o Incra.

Logo, este eixo dialoga com os seguintes desafios: (I) a ausência de entendimento coletivo da ideia de planejamento territorial; (II) o engajamento dos órgãos públicos responsáveis pelo encadeamento das ações necessárias; (III) a coordenação dos órgãos públicos em torno do planejamento e da oferta de políticas públicas aos assentamentos.

AÇÃO	ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	ONDE	STATUS DA ATIVIDADE	RESULTADO ESPERADO
Estruturar grupo de trabalho (GT) para discutir planejamento de assentamentos	Identificar e mobilizar atores para constituir o GT, tanto do poder público quanto das comunidades e sociedade civil	Presidência Incra Brasília e Superintendência Regional do Incra no Amazonas (SR-15)	Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetagri) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais local (STTR)	Manaus	Não iniciado	Diretrizes para elaboração do Planejamento do desenvolvimento de assentamentos pactuada entre o Incra, órgãos executores de políticas públicas e lideranças dos assentamentos
	Criar GT sobre planejamento de assentamentos, com estrutura definida, protocolo de funcionamento e periodicidade de reuniões	Presidência Incra Brasília e SR-15	Fetagri, STTR e associações comunitárias	Manaus	Não iniciado	
	Pactuar um mapa de responsabilidades e definir diretrizes	SR-15	Fetagri, STTR e associações comunitárias	Manaus	Não iniciado	

AÇÃO	ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	ONDE	STATUS DA ATIVIDADE	RESULTADO ESPERADO
Articular órgãos públicos em torno do planejamento dos assentamentos	Mapear mecanismos e possibilidades de cooperação técnica entre instituições e órgãos envolvidos na atuação junto aos assentamentos, quando necessário	SR-15	Fetagri e STTR	Manaus	Não iniciado	Responsabilidades e parcerias em torno da oferta de políticas públicas nos assentamentos definida
	Definir responsabilidades e agendas comuns para encadeamento de ações integradas	SR-15	Fetagri e STTR	Manaus	Não iniciado	
	Designar representantes dos assentamentos e dos municípios para integrarem o GT sobre o planejamento dos assentamentos	SR-15	Fetagri e STTR	Manaus	Não iniciado	
Elaborar o plano de desenvolvimento dos assentamentos	Resgatar instrumentos de planejamento anteriores (Quando houver)	SR-15	Associação comunitária, Fetagri e STTR	Manaus e Careiro	Não iniciado	Demandas locais das comunidades estruturadas em um instrumento de planejamento orientando políticas públicas aos desafios territoriais dos assentamentos
	Estabelecer cronograma de reuniões para criação do entendimento sobre planejamento para assentamentos	SR-15	Associação comunitária, Fetagri e STTR	Manaus e Careiro	Não iniciado	
	Contratar organização responsável pelo processo de elaboração do plano de desenvolvimento junto aos comunitários	SR-15	Associação comunitária, Fetagri e STTR	Careiro	Não iniciado	
	Organizar reuniões para preparo da participação comunitária na elaboração do plano de desenvolvimento de assentamentos	Organização contratada e SR-15	Associação comunitária, Fetagri e STTR	Careiro	Não iniciado	

AÇÃO	ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	ONDE	STATUS DA ATIVIDADE	RESULTADO ESPERADO
Elaborar o plano de desenvolvimento dos assentamentos	Compartilhar plano de ação para elaboração do plano de desenvolvimento de assentamentos nos conselhos municipais correlatos	Organização contratada e SR-15	Associação comunitária, Fetagri e STTR	Careiro	Não iniciado	Demandas locais das comunidades estruturadas em um instrumento de planejamento orientando políticas públicas aos desafios territoriais dos assentamentos
	Elaborar diagnóstico socioambiental e produtivo do assentamento	Organização contratada e SR-15	Associação comunitária, Fetagri e STTR	Careiro	Não iniciado	
	Articular parceiros para a oficina de planejamento territorial comunitário	Organização contratada, SR-15 e Associação comunitária	Fetagri e STTR	Careiro	Não iniciado	
	Validar PDAs no GT sobre planejamento de assentamentos	Organização contratada e SR-15	Fetagri e STTR	Manaus	Não iniciado	

● Eixo II – Fortalecimento das organizações sociais

Segundo avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU), nos assentamentos em que as associações comunitárias são representativas e atuantes, a construção e o monitoramento do planejamento, e de seus instrumentos, se dá de forma mais eficaz⁸. As associações comunitárias desempenham um papel central na mobilização e no planejamento das ações locais, especialmente no monitoramento das iniciativas. No entanto, ainda enfrentam desafios significativos relacionados à participação social efetiva, à ampliação do conhecimento coletivo e à capacidade de encaminhar demandas por meio de uma governança social articulada e inclusiva.

Neste sentido, este eixo versa sobre a importância da regularização e do pleno funcionamento das associações, em diálogo com o fortalecimento da articulação e da organização comunitária.

⁸ ARAÚJO, A. F. M.; COSTA, J. M. C.; SERPA, S. M. H. C.; PARADA, S. B. O. Auditoria no Programa Novo Mundo Rural. In: Revista do Tribunal de Contas da União. V.1, n.1 (1970 -). Brasília. 2004. Disponível em: <<https://revis-ta.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/issue/view/32/38>>. Acesso em mai. de 2025.

AÇÃO	ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	ONDE	STATUS DA ATIVIDADE	RESULTADO ESPERADO
Fortalecer as organizações comunitárias nos assentamentos	Realizar conscientização sobre organização comunitária	Associação comunitária	Casa do Rio e STTR	Careiro	Não iniciado	Organizações fortalecidas para a implementação do Plano de Desenvolvimento de Assentamentos
	Atualizar as normas de convivência comunitária de cada assentamento	Associação comunitária	Casa do Rio e STTR	Careiro	Não iniciado	
	Articular as diferentes associações existentes nos territórios no Fórum de comunidades de Careiro	Associação comunitária	Instituto de Empreendedorismo Social da Amazônia (IESA) e STTR	Careiro	Não iniciado	
	Mobilizar grupos de jovens e mulheres	Associação comunitária	IESA, STTR e Casa do Rio	Careiro	Não iniciado	
Regularizar as associações comunitárias	Atualizar o estatuto das associações	Associação comunitária	STTR	Careiro	Não iniciado	Aumento da capacidade das associações em exercer representação em espaços oficiais de construção de políticas públicas, bem como de captar recursos
	Realizar oficina para formação sobre associativismo	Associação comunitária	Casa do Rio	Careiro	Não iniciado	
	Realizar uma busca ativa sobre os associados ativos e inativos	Associação comunitária	—	Careiro	Não iniciado	
	Criar banco de dados sobre os associados	Associação comunitária	STTR e Fetagri	Careiro	Não iniciado	
Fortalecer estratégias das associações para captação de recursos	Elaborar diagnóstico sobre projetos e recursos já acessados	Associação comunitária	Casa do Rio	Careiro	Não iniciado	Projetos e ações para o fortalecimento comunitário sendo executadas com protagonismo comunitário
	Capacitar comunitários e lideranças na elaboração de propostas e captação de recursos	IESA e Casa do Rio	Associação Comunitária	Careiro	Não iniciado	
	Estruturar rede de apoio técnico para contínua formação e parceria	Associação comunitária	IESA	Careiro	Não iniciado	

● Eixo III – Fortalecimento das atividades produtivas

O assentamento é uma unidade territorial produtiva, diretamente ligada à agricultura familiar. No entanto, os assentados enfrentam múltiplos obstáculos à consolidação de suas atividades produtivas, como a fragilidade das cadeias produtivas, dificuldades logísticas para o escoamento da produção, acesso restrito a mercados e a carência de serviços de ATER.

No tocante a assistência técnica, os assentados podem acessar a ATER por intermédio do Programa Nacional de Reforma Agrária, sendo as ações executadas pela Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), responsável por implementar o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater) nos assentamentos.

Diferentemente das áreas de regularização fundiária, a oferta de assistência técnica aos assentamentos está vinculada aos programas e ações de ofertadas no âmbito federal. Fora deste contexto, há a possibilidade de cooperações técnicas com os órgãos estaduais e municipais. Sendo assim, é de extrema importância a coordenação entre atores, articulados em torno do Incra e Programa Nacional de Reforma Agrária, para garantir a oferta de assistência técnica aos assentados.

Buscando endereçar alguns destes desafios, de forma a contribuir para o fortalecimento das ações produtivas dos assentamentos, este eixo dialoga com a (I) identificação das cadeias produtivas da agricultura familiar; (II) o mapeamento e atualização documental dos assentados; (III) o fortalecimento das cooperativas locais; (IV) e o diálogo desta estruturação com a oferta de assistência técnica.

AÇÃO	ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	ONDE	STATUS DA ATIVIDADE	RESULTADO ESPERADO
Identificar e estruturar as cadeias produtivas dos assentamentos	Realizar diagnóstico das cadeias produtivas nos assentamentos	SR-15 e Anater/MDA	IESA, Casa do Rio e Secretaria de Estado de Produção Rural do Amazonas (Sepror/AM)	Careiro	Não iniciado	Aumento da organização produtiva dos assentamentos, alinhado às potencialidades do território identificadas e planejadas de forma coletiva

AÇÃO	ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	ONDE	STATUS DA ATIVIDADE	RESULTADO ESPERADO
Identificar e estruturar as cadeias produtivas dos assentamentos	Estruturar projetos para acesso a créditos, a partir das cadeias existentes	SR-15, Sepror/AM e Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM/Sepror)	IESA, Casa do Rio e Associação comunitária	Careiro	Não iniciado	Aumento da organização produtiva dos assentamentos, alinhado às potencialidades do território identificadas e planejadas de forma coletiva
	Promover oficinas participativas para construção de planos de negócios	SR-15, Sepror/AM, IDAM/Sepror e Secretária municipal de produção (Sempaf)	IESA, Casa do Rio e Associação comunitária	Careiro	Não iniciado	
	Ofertar formação para assentados e técnicos envolvidos nas cadeias produtivas em temas como gestão, comercialização, agregação de valor	SR-15, Sepror/AM, IDAM/Sepror e Sempaf	Casa do Rio, IESA e Instituto de Desenvolvimento da Amazônia (Idesam)	Careiro	Não iniciado	
	Promover formações voltadas à apresentação e ao desenvolvimento de estratégias de acesso a programas públicos de fomento à produção, comercialização e crédito rural	SR-15, Sepror/AM, IDAM/Sepror e Sempaf	Casa do Rio, IESA e Idesam Associação comunitária	Careiro	Não iniciado	
	Estruturar projeto para criação de banco de sementes crioulas	SR-15, Sepror/AM, IDAM/Sepror e Sempaf	Casa do Rio, IESA e associação comunitária	Careiro	Não iniciado	

AÇÃO	ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	ONDE	STATUS DA ATIVIDADE	RESULTADO ESPERADO
Garantir a atualização documental dos produtores, como o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) e carteira do produtor rural	Identificar demandas de atualização de documentos	Departamento de Organizações Comunitárias do Careiro (DOC/Sempaf), IDAM/Sepror e Associação comunitária	Unidade Municipal de Cadastro (UMC) e Fetagri	Careiro	Não iniciado	Redução de entraves no acesso a políticas públicas, a partir do aumento percentual de produtores com a situação regularizada
	Propor alteração do modelo do cadastro do produtor rural de forma a contemplar a unidade produtiva (familiar e não individualizada) vinculada ao CAF	Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas (Sefaz/AM)	Ministério Público Federal (MPF) e Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas (Catrapoa)	Manaus	Em andamento	
	Realizar mutirões para mapeamento da situação e atualização documental	Sr-15, IDAM, UMC e Associação comunitária	STTR e Fetagri	Careiro	Não iniciado	
	Atualizar e compartilhar o mapa de atores responsáveis pela emissão de documentos para regularização do agricultor familiar assentado	Sempaf, Sepror/AM e SR-15	Associações comunitárias, STTR e UMC	Careiro	Não iniciado	
Fortalecer organizações produtivas locais	Elaborar diagnóstico sobre a situação das cooperativas nos assentamentos	Sempaf e DOC/Sempaf	Associação comunitária	Careiro	Não iniciado	Aumento do poder de negociação e acesso a infraestruturas a partir do ganho de escala na produção
	Fortalecer e/ou elaborar o modelo cooperativo local, com participação de mulheres e jovens	Sempaf e DOC/Sempaf	Associação comunitária e IESA	Careiro	Não iniciado	
	Integrar as cooperativas à Rede de Produtores Agroecológicos do Careiro (REPAC)	DOC/(Sempaf) e Associação comunitária	IESA	Careiro	Não iniciado	

AÇÃO	ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	ONDE	STATUS DA ATIVIDADE	RESULTADO ESPERADO
Promover acesso a assistência técnica nos assentamentos	Retomar e ampliar as ações do Programa de Consolidação de Assentamentos (Produzir Brasil/Anater) nos assentamentos do Amazonas	MDA, Anater/MDA, Incra escritório nacional e SR-15	Fetagri; STTR	Careiro	Não iniciado	Ampliação da oferta de assistência técnica, a partir da cooperação entre diferentes atores e do fortalecimento das iniciativas e programas já existentes.
	Articular os eixos do Produzir Brasil com as discussões sobre planejamento de assentamentos	MDA, Anater/MDA, Incra escritório nacional e SR-15	Sepror/AM, Fetagri e STTR	Manaus	Não iniciado	
	Integrar informações dos assentamentos possíveis de serem atendidos pelo Produzir Brasil com as bases de dados da SR-15, das unidades avançadas do Incra municipais e dos UMCs presentes nos municípios	MDA, Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater/MDA), SR-15, unidades avançadas do Incra e UMC	Fetagri e STTR	Careiro	Não iniciado	
	Coordenar a oferta de assistência técnica para os assentamentos entre os diferentes atores, por meio de acordos de cooperação técnica	MDA, Anater/MDA, Presidência Incra Brasília, SR-15, Sepror/AM e Idam/Sepror	Fetagri e STTR	Careiro	Não iniciado	
	Articular STTR e prefeitura para estrutura a oferta de assistência técnica	STTR e Sempaf	SR-15 e Fetagri		Não iniciado	

● Eixo IV – Conservação, recuperação e regularização ambiental

Como mencionado anteriormente, os assentamentos da reforma agrária têm grande potencial para contribuir com a manutenção das funções climáticas da floresta amazônica, já que representam cerca de 8% da área total do bioma.

Na maioria desses assentamentos, os modos de vida e a reprodução social estão diretamente ligados ao uso dos recursos naturais — que vão muito além da utilização do solo —, estabelecendo uma forte conexão entre essas comunidades e a conservação ambiental dos territórios.

A regularização ambiental dessas áreas demanda a articulação de diversas ações integradas, que devem ser organizadas com base em um planejamento alinhado à realidade local, aos desafios territoriais e à capacidade do poder público de oferecer serviços adequados.

Nesse sentido, destacam-se quatro pontos de atenção prioritários: (I) fortalecimento dos sistemas agroflorestais (SAFs) nos assentamentos; (II) estímulo à recuperação da vegetação nativa; e (III) elaboração e/ou atualização dos Planos de Regularização Ambiental (PRA) das áreas assentadas.

AÇÃO	ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	ONDE	STATUS DA ATIVIDADE	RESULTADO ESPERADO
Fortalecer Sistemas Agroflorestais (SAF) nos assentamentos	Identificar áreas prioritárias para uso de SAF nos assentamentos	Semma e Sempaf	SR-15, IESA e STTR	Careiro	Não iniciado	Áreas de SAF implementadas, fortalecendo práticas agroecológicas e contribuindo para a restauração ambiental dos assentamentos
	Classificar os diferentes usos de solo e de espécies nativas	Semma e Sempaf	Associação comunitária e IESA	Careiro	Não iniciado	
	Levantar práticas agroecológicas já realizadas pelos comunitários	Semma e Sempaf	SR-15, IESA e STTR	Careiro	Não iniciado	
	Implementar SAFs em áreas prioritárias	Semma e Sempaf	SR-15, IESA e STTR	Careiro	Não iniciado	

AÇÃO	ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	ONDE	STATUS DA ATIVIDADE	RESULTADO ESPERADO
Fomentar ações de restauro da vegetação nativa nos assentamentos	Identificar áreas prioritárias para a restauração de vegetação nativa	Semma	SR-15 e Sempaf	Careiro	Não iniciado	Aumento da cobertura vegetal do assentamento, com espécies nativas
	Restaurar áreas prioritárias, em complemento às áreas de SAF	Semma	SR-15 e Sempaf	Careiro	Não iniciado	
	Realizar mutirões comunitários de recuperação vegetal e reflorestamento	Associação comunitária	Semma e Sempaf	Careiro	Não iniciado	
	Implementar viveiros comunitários para produção de mudas nativas	Semma e Associação comunitária	Sempaf	Careiro	Não iniciado	
Elaborar e/ou atualizar o Plano de Regularização Ambiental (PRA)	Realizar reuniões comunitárias de conscientização de regularização ambiental em assentamentos, e posterior mapeamento de áreas degradadas	SR-15 e IPAAM	Semma e Sempaf	Careiro	Não iniciado	Assentamentos adequados à legislação do código ambiental, garantindo regularização ambiental e a conservação do território
	Mapear a situação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) dos assentamentos, respeitando a sua modalidade	SR-15, IPAAM e UMC	Semma	Careiro	Não iniciado	
	Indicar instituição competente para a elaboração do diagnóstico ambiental e, quando for aplicável, do Projeto de Recuperação de Área Degradada e Alterada (PRADA) das áreas do assentamento	SR-15 e Ipaam	Semma e Sempaf	Careiro	Não iniciado	

AÇÃO	ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	ONDE	STATUS DA ATIVIDADE	RESULTADO ESPERADO
Elaborar e/ou atualizar o Plano de Regularização Ambiental (PRA)	Mobilizar comunitários em assembleia para a instituição de indicadores coletivos e apresentação de plano de monitoramento das ações	SR-15 e IPAAM	Semma e Sempaf	Careiro	Não iniciado	Assentamentos adequados à legislação do código ambiental, garantindo regularização ambiental e a conservação do território
	Integrar o PRA com outros instrumentos de gestão ambiental, como Acordos de Pesca	Semma, Sempaf e SR-15	Associação comunitária	Careiro	Não iniciado	
	Integrar as ações do PRA ao plano de desenvolvimento do assentamento	SR-15 e IPAAM	Semma e Sempaf	Careiro	Não iniciado	

4. MONITORAMENTO DAS ATIVIDADES PACTUADAS

A implementação de um plano tático depende do compromisso e engajamento das instituições envolvidas, exigindo um esforço coordenado e contínuo para que suas ações sejam eficazes. Nesse contexto, o monitoramento constante da sociedade civil organizada torna-se essencial, sendo o plano tático um potencial instrumento para apoiar a participação e o controle social. Tal acompanhamento é fundamental para assegurar a efetividade de políticas públicas, promovendo a garantia de direitos sociais aliados à conservação da sociobiodiversidade.



5. SOBRE A INICIATIVA

O Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces) implementou o projeto “**Promovendo Governança e Transparência na Região da BR-319**”, em parceria com a Rede Transdisciplinar da Amazônia (RETA), e apoio da Fundação Gordon & Betty Moore.

O projeto teve como objetivo promover mecanismos de governança territorial que aliem participação social, acesso à informação e fortalecimento de capacidades técnicas e políticas para sustentabilidade e garantia de direitos ao longo da rodovia BR-319, Amazonas. A área de atuação do projeto compreendeu os municípios de Careiro, Manicoré, Humaitá e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Igapó-Açu.

Um dos principais resultados do trabalho foi a elaboração participativa da “Agenda de Desenvolvimento Territorial (ADT) para a Região da BR-319 – Fortalecendo Territórios de Bem Viver”. A ADT apresenta um amplo diagnóstico multissetorial e lista 13 estratégias com recomendações para o fortalecimento da governança e políticas públicas na região.

Entre 2024 e 2025, o FGVces e a RETA facilitaram grupos de colaboração (GC) com foco em proteção ambiental e territorial, atividades produtivas sustentáveis e fortalecimento de políticas sociais. Cada GC avançou na identificação de caminhos concretos e na construção de responsabilidades compartilhadas para o futuro dos territórios à luz das prioridades da ADT.

O GC “Conservação e Gestão Territorial” teve como objetivo discutir desafios e recomendações para as políticas ambientais na região da BR-319. A partir da ADT e das demandas significativas nos territórios, foram definidas três agendas prioritárias para o grupo:

- **Planejamento de Assentamentos - Conservação e Gestão Territorial**
- **Acordo de pesca do Mamori para conservação e gestão territorial**
- **Territórios de Uso Comum (TUC): A Autogestão dos territórios**



FICHA TÉCNICA

- Coordenação

Wilde Itaborahy, Kena Chaves, Graziela Azevedo e Karine Julião

- Responsáveis pela pesquisa

Samir Eid Pessanha e Wilde Itaborahy

- Equipe Técnica GC

Angel Batista, Del Belfort, Dioneia Ferreira, Fernando Torres, Francimara Araujo, Guilherme Pereira, Karem Pantoja, Karine Julião e Luana Bezerra

- Contato

wilde.itaborahy@fgv.br

- Crédito das fotos

Ricardo Lisboa, Guilherme Horta e acervo pessoal dos participantes do grupo.

Lista de instituições participantes do grupo de colaboração

SETOR	INSTITUIÇÃO
Lideranças Comunitárias	PA Panelão
	PA Espigão do Arara
	PAE Castanho
	PDS Lago do Mira
	PDS Lago do Tucunaré
	PDS Itaubão
Governo Municipal do Careiro	Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semmas)
	Secretaria Municipal de Produção Rural (Sempaf)
Governo do estado do Amazonas	Secretaria de Estado de Produção Rural (Sepror/AM)
Governo Federal	Superintendência Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar do Amazonas (SFDA-MDA/AM)
	Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Amazonas (SR-15)
Organizações da Sociedade Civil	Casa do Rio
Equipe do FGVces	



